

MUDANÇAS E CONTINUIDADES: ECONOMIA FLORESTAL, SERVIÇOS URBANOS E UNIDADES DOMÉSTICAS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

Andrea Dalledone Siqueira
Eduardo S. Brondizio

RESUMO

Nos últimos 30 anos, observa-se no estuário Amazônico o crescimento da população urbana e o aumento da cobertura florestal lado a lado, graças à expansão da economia do açaí (*Euterpe oleracea*), o qual passou de um alimento local e cotidiano para um suplemento alimentar de moda e exótico numa escala nacional e internacional. Apesar da riqueza gerada por essa economia florestal não madeireira, ela não tem trazido o esperado desenvolvimento regional aos municípios nem melhoria de qualidade de vida a seus moradores, principalmente pela falta de indústrias locais que agreguem valor ao fruto do açaí. Baseado em um estudo etnográfico e longitudinal na cidade de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, o artigo visa refletir sobre o desenvolvimento e limites da economia do açaí, seu impacto na estruturação das unidades domésticas e nos municípios produtores.

PALAVRAS-CHAVE

Açaí. Estuário amazônico. Economia florestal. Economia doméstica. Qualidade de vida. Serviços urbanos.

ABSTRACT

During the past 30 years we observe in the Brazilian Amazonian region an increase of urban population along an increase of forest cover mainly due to the expansion of the açaí fruit (*Euterpe oleracea*) agroforestry economy, which turned it from a staple food to a national and international fashion food. However, despite generating millions of reais per year, the açaí economy has not brought the expected regional development or the amelioration of the municipalities' infrastructure and services or the producers' economic wellbeing, and mainly due to the lack of local transformation industries. Using the case of the açaí economy in the municipality of Ponta de Pedras, in the Amazonian estuary, this paper discusses its potentialities and limitations for local and regional development, and its economic and social impacts on household economies. The discussion here presented is based on ethnographic and longitudinal fieldwork research, and on secondary data.

KEYWORDS

Açaí. Forest economy. Amazonian estuary. Household economy. Quality of life. Urban services.

1 Introdução

A região amazônica brasileira é um mosaico de ocupações humanas, territorialidades e arranjos institucionais, e uma região onde intensas e rápidas mudanças socioambientais têm ocorrido, principalmente nos últimos quarenta anos. Um dos aspectos intrigantes dessas mudanças tem sido o intenso processo de urbanização (BECKER, 1995) alinhado ao do aumento de cobertura vegetal no estuário amazônico. Enquanto em outras partes da região rápidos processos de mudanças de cobertura vegetal e desmatamento têm ocorrido em escalas alarmantes, a região estuarina apresenta um cenário diferente. Desde a década de 1970, processos sociodemográficos e econômicos locais, regionais e globais – assim como ações e reações de instituições e de populações locais – têm possibilitado a coexistência de processos de urbanização e de uma economia baseada em produtos/recursos florestais não madeiros, que, até esse momento, tem propiciado a intensificação de manejos florestais locais e a manutenção e, mesmo, extensão da cobertura vegetal. Apesar do aspecto promissor dessa economia em conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental, velhos problemas permanecem, tais como precário serviços de saúde, educação e a falta de empregos, principalmente para a população jovem. Isso se dá principalmente pela falta de agregação de valor aos produtos comercializados, limitando a geração de empregos e a capacidade dos municípios em investir em serviços e infraestrutura para a sua crescente população urbana.

Nosso objetivo nesse artigo é examinar uma das dimensões desse processo, ou seja, as conexões entre a emergência da economia do fruto do açaí (*Euterpe oleracea*

Mart.), seus limites e potencialidades, e o processo de urbanização e de reorganização das unidades domésticas no estuário Amazônico.

Importante área de ocupação político-demográfica e econômica da bacia Amazônica desde o século XVI, o estuário Amazônico não é uma nova fronteira de expansão do capitalismo ou globalização, e expressa bem suas contradições: riqueza e pobreza, conservação ambiental e poluição, desigualdade e convívio social coexistem. Nesse contexto, nem sempre sujeitos passivos ou ativos agentes econômicos, as populações locais têm produzido maneiras próprias e diferenciadas de negociar as forças econômicas e sociodemográficas que influenciam a sociedade local e o uso dos seus recursos naturais. Processos locais e globais se intersectam, criando novas oportunidades e reforçando relações e contextos existentes. Pode-se ver sinais dos resultados dessas intersecções por muitos ângulos como, por exemplo, no contexto do multiculturalismo neoliberal da América Latina (HALE, 2002) no qual as identidades étnicas e de classe (por exemplo, o uso dos termos caboclo, extrativista, camponês e/ou pequeno agricultor) tornaram-se cada vez mais situacional e negociadas em face de expectativas e oportunidades regionais, nacionais e internacionais. No contexto da urbanização da Amazônia (BROWDER; GODFREY, 1997; CASTRO, 2009), as famílias têm aumentado as suas redes sociais e de moradia (rural e urbano), tornando os espaços rurais e urbanos menos distintos (NUGENT, 1993; PADOCH et al., 2008, PINEDO-VASQUEZ; PADOCH, 2009; WINKLERPRINS, 2002). Similar processo se observa entre populações indígenas, principalmente na região do médio e alto Rio Negro (EMPERAIRE, 2000; LASMAR, 2005). Também no contexto de

expansão de mercados globais para produtos florestais (BRONDIZIO, 2008), novas formas de relações econômicas emergem, combinando práticas novas e coloniais (BRONDIZIO, 2011).

Tendo como ponto de partida para a nossa análise e discussão a intersecção entre uma economia florestal não madeireira crescente, a reorganização da produção familiar e urbanização no estuário amazônico, argumentamos que essas relações são baseadas em dois processos relacionados. Primeiro, a atual cobertura vegetal do estuário é resultado de uma crescente demanda criada pelas áreas urbanas regionais, assim como pela diminuição do retorno econômico de outras atividades agrícolas e pastoris, tais como lavoura temporária e criação de gado. Nesse contexto, observa-se, na região, um aumento das áreas de cobertura florestal e a emergência de uma economia florestal constituída de múltiplas cadeias de mercado e caracterizada pela interdependência entre espaços rurais e urbanos. Segundo, as unidades domésticas têm desenvolvido novas estratégias de organização produtiva e de moradia para melhor controlar a produção e comercialização dos produtos florestais. Esses arranjos produtivos e de moradia mediam os fluxos de recursos entre áreas de produção e consumo, assim como acessos a serviços e oportunidades econômicas em áreas urbanas. Essas estratégias não ocorrem em um *vacuum* histórico. Elas são parte e afetadas pelo contexto social e político que permeiam as relações econômicas e determinam o acesso desigual a recursos naturais e serviços entre a população regional.

O conceito de unidade doméstica/moradia multilocalizada (PADOCH et al., 2008; PINEDO-VASQUEZ; PADOCH, 2009; PI-

NEDO-VASQUEZ et al., 2010) apresentado aqui expressa dois sentidos. Elas operam como uma unidade social e econômica no que concerne à facilitação do fluxo de pessoas, recursos e serviços através de redes sociais de reciprocidade. Sua existência depende da manutenção de interesses e obrigações comuns. Como tal, famílias se organizam em unidades domésticas multilocalizadas para facilitar a produção assim como a comercialização dos produtos florestais nos mercados regionais e mesmo globais, e para acessar serviços urbanos (escola, saúde, banco, compras) e oportunidades (empregos). Nesse contexto, o número exato dos residentes e a composição das famílias das zonas urbanas e rurais variam frequentemente e expressam, também, as dificuldades em se limitar precisamente os espaços rurais e urbanos, chamando a atenção para a sua continuidade.

A seguir, apresentamos e discutimos dois dos pontos mencionados anteriormente: a economia florestal do fruto do açaí, a qual é de importância econômica regional e de bastante relevância para as populações rurais, ribeirinhas e de terra firme, e urbanas do estuário e a emergência de novas formas de redes sociais que conectam os espaços rurais e urbanos. A análise apresentada é baseada num estudo etnográfico e longitudinal (1989-2007) no município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó, assim como em dados de sensoriamento remoto (primário e secundário) referentes a mudanças de cobertura vegetal, dados históricos e censitários (1990-2010). Concluímos esse artigo refletindo sobre as implicações desses processos para o melhor entendimento das estratégias socioeconômicas das populações locais, do manejo dos recursos florestais e dos serviços urbanos no estuário.

2 Economia florestal: oportunidades e limites

Contrariamente à tendência regional, observa-se, no estuário amazônico, um aumento da cobertura vegetal e de uma economia florestal não madeireira. Essa trajetória é documentada pelo Projeto Desmatamento (PRODES), pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) em 2008, pelos censos de produtos florestais Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1950-2006), assim como pelos dados etnográficos de uso da terra em diferentes partes da região (BRONDIZIO, 2008; PINEDO-VASQUEZ et al., 2010). Essas trajetórias resultam de vários processos interconectados. De um lado, observa-se um aumento de importação progressiva de produtos agrícolas de outras partes do Brasil, tais como arroz, feijão e milho, tornando difícil aos pequenos produtores do estuário competir com os produtos importados devido a seu baixo custo e grande quantidade. Além disso, pequenos produtores da região têm acesso limitado à assistência técnica, crédito, armazenamento e transporte. Mesmo a farinha de mandioca, produto essencial na dieta local, atualmente, provém de outras partes do Estado do Pará, como as regiões de Bragantina e de Santarém, e, também, dos Estados do Amapá e Maranhão. Além do mercado pouco favorável aos produtores locais, outros fatores têm influenciado a decisão das unidades domésticas de não mais produzir farinha de mandioca, não só para o mercado como também para o consumo doméstico: a disponibilidade de mais recursos monetários devido à bolsa família, aposentadoria e outros programas do governo federal, o alto custo de mão de obra, assim como o aumento da restrição ao plantio por proprietários da terra aos

moradores e meeiros. Em termos gerais, dados censitários (1950-2006) mostram um declínio na produção agrícola (arroz, feijão, milho e mandioca) do estuário não só em termos totais, como também no número de estabelecimentos de produção.

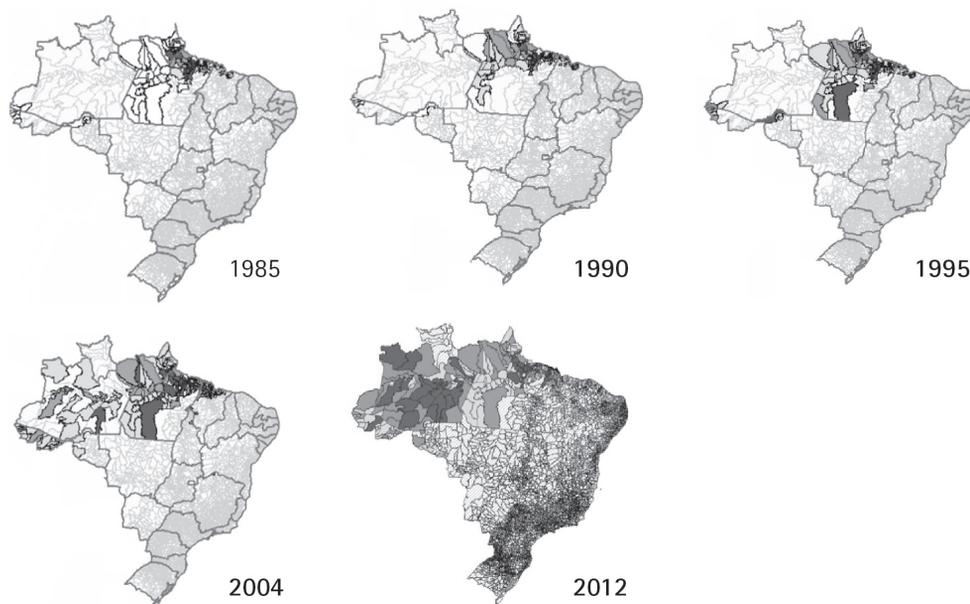
Concomitante ao declínio da produção agrícola, observamos o aumento da importância econômica dos produtos florestais não madeireiros, principalmente a partir dos anos 1980. A extração comercial de madeira das áreas do estuário (BARROS; UHL, 1995; UHL et al., 1997) remonta à década de 1950 e tem passado por diferentes fases e ênfase da exploração. O chamado *pós-boom* da indústria madeireira regional, documentado por Pinedo-Vasques et al (2010), ilustra a capacidade de resistência e resiliência tanto da floresta quanto dos produtores rurais em superar a exploração excessiva e encontrar novos mercados, como a demanda crescente de madeira de baixo custo e de rápido crescimento para a construção de casas em áreas urbanas em toda a região. De especial importância regional, porém, tem sido o chamado *boom* do fruto do açaí, desde os anos 1970, processo documentado e discutido em outros trabalhos (BRONDIZIO, 2008; BRONDIZIO; SIQUEIRA, 1997) e por outros pesquisadores (ANDERSON, 1990; HIRAOKA, 1994; JARDIM; MOURÃO; GROSSMAN, 2004). Se nas décadas de 1970 e 1980 a demanda pelo palmito do açaí era caracterizada por uma exploração predatória dessa palmeira (POLLACK; MATTOS; UHL, 1995), aos poucos a produção de palmito passou a ser compatível com a produção do fruto.

De importância fundamental para a dieta local, assim como a farinha de mandioca, a chamada economia do açaí inicia-se na década de 1970, quando se observa uma expansão de áreas urbanas regionais, com a chegada crescente de migrantes oriun-

dos de áreas rurais. Estudos mostram que, em Belém, o consumo do suco do açaí aumentou de 90.000 litros/dia no fim dos anos 1980 para 400.000 litros/dia dez anos depois (MOURÃO, 1999; ROGEZ, 2000). Com o incremento da demanda regional urbana, produtores aumentam suas produções com técnicas locais de intensificação agroflorestal. Sendo uma espécie nativa das florestas de várzea, o açaí responde bem ao manejo florestal local que, embora “invisível” aos olhos de muitos, é bastante sofisticado em termos agronômicos (BRONDIZIO, 2004; BRONDI-

ZIO; SIQUEIRA, 1997). A chamada “açaiização” do estuário amazônico (HIRAOKA, 1994), ou seja, o aumento do cultivo e manejo dessa espécie nas áreas de cobertura vegetal, ilustra a crescente importância do açaí na economia local e regional. Estimase que há cerca de 1 milhão de hectares no estuário amazônico em açaiçais (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2006), e suas áreas de plantio têm se estendido para outras regiões do Estado do Pará, e para os Estados do Maranhão e Amazonas (Figura 1).

Figura 1 – Extensão nacional do plantio e manejo do açaí (1985–2012)



Cores indicam produção do fruto do açaí: quanto mais escuro o tom de cinza, maior a sua produção (mapas baseados em dados do IBGE/SIDRA 1985–2012)

Na década de 1990, o açaí passa a ser consumido em outras partes do Brasil, passando por uma fase de industrialização e, posteriormente, começa a fazer parte do mercado internacional de frutos tropicais. Nesse processo, o açaí passa de um alimento regional a um “produto de moda”, parte da “cultura da saúde” (sucos, alimento “energético”)

nacional e internacional (BRONDIZIO, 2004). Como diz o economista Francisco de Assis Costa, da Universidade Federal do Pará, “açaí é como sandálias havaianas – era coisa de pobre, mas caiu no gosto da classe média depois que começou a ser exportado e foi adotado como parte da dieta dos esportistas.” (REVISTA FAPESP, 2013, p. 66).

As consequências ambientais e sociais desse processo são múltiplas e ilustram as dimensões positivas e negativas das relações entre um mercado global e estruturas sociais de acesso à terra, ainda marcadas pelo legado colonial, no qual vários produtores não tem o título da terra que ocupam há gerações (BENATTI et al., 2005). Com o crescente aumento da importância econômica do fruto do açaí, observamos na área inúmeras famílias de meeiros e de moradores que foram expulsos de seus locais de moradia e produção por donos da terra, que, até então, pouco se interessavam pela produção de suas propriedades (SIQUEIRA, 1997), e uma grande privatização de recursos antes considerados de livre acesso (açaizais, manguezais, campos) (BRONDIZIO, 2008, 2011). Pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) também demonstram que são ainda escassas as “políticas públicas capazes de promover a inovação, reduzir perdas e resolver problemas antigos” do processo produtivo, principalmente nas áreas de transformação e tecnológicas (REVISTA FAPESP, 2013, p. 66). Ainda segundo esses pesquisadores, a ausência de políticas públicas nesse setor, favorece o avanço do latifúndio e da concentração de renda, colocando-se na “contramão do discurso que apregoa a floresta como um insumo e um desenvolvimento sustentável e inclusivo para a região.” (REVISTA FAPESP, 2013, p. 67).

A extensa participação de pequenos produtores na economia do fruto do açaí e a possibilidade de tal produção ser um modelo sustentável de uso de recursos florestais têm sido fatores importantes na sua extensão e continuidade. Entre as comunidades rurais do estuário, a grande maioria das unidades domésticas tem participado dessa economia como produtores e/ou comercializadores. Nas áreas urbanas e peri

-urbanas, o açaí tem gerado oportunidades de trabalho, a maioria informal, principalmente na forma de processamento (“batedores” de açaí), comercialização e transporte (“marretagem”, nos termos locais). Ao mesmo tempo, a expansão do mercado tem criado novos desafios para os produtores, pois outras regiões e Estados do Brasil começaram a produzir o fruto, aumentando a produção e a competição. Flutuação de preços durante a safra, assim como altos custos de transporte, tem oferecido não só oportunidades para alguns, mas também bastante risco para pequenos produtores que não contam com seu próprio transporte nem com maneiras de processar e armazenar sua produção. A economia do açaí tem afetado, também, a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Os homens tendem a controlar o manejo agroflorestal, assim como a colheita, transporte e comercialização do fruto. Embora participem ativamente do debulho, armazenamento e acondicionamento do fruto, as mulheres tendem a ter pouca decisão e participação em outras fases da produção e raramente participam da comercialização do fruto. Em casos em que as unidades domésticas processam o açaí (“batedores” – geralmente em áreas urbanas onde há energia elétrica), porém, essa atividade tende a ficar por conta das mulheres. Observamos também que a expansão do mercado do açaí tem tido um efeito negativo para os moradores urbanos, principalmente para os de baixa-renda. O preço do litro do açaí tem aumentado (safra e entressafra) e a sua qualidade, diminuído. Para manter preços acessíveis, o açaí é diluído em quantidade maiores de água e muitas vezes alterado com coloração artificial e emulsificante de sorvete para mudar sua consistência (SIQUEIRA; BRONDIZIO, 2010). Em Belém, onde existem cerca de

4.000 batedores de açaí, essa adulteração é um problema recorrente e são foco de manchetes nos jornais locais, onde há relatos que acetona e até papel higiênico são usados para engrossá-lo (O LIBERAL, 2013).

Paralelamente à extensão da economia do açaí, as populações urbanas nas municipalidades estuarinas têm aumentado e, com isso, a demanda dessa população por serviços urbanos. Somado a isso, a capacidade financeira dos municípios para gerar recursos e responder a essas demandas tem diminuído, mesmo sendo responsáveis por cerca de 70% da produção nacional de uma economia estimada em cerca de 180 milhões de reais anuais (IBGE, 2010) e cerca de seis vezes mais, se considerarmos toda a cadeia produtiva (produtos alimentícios, de higiene e beleza e farmacêuticos) (BRONDIZIO, 2008). Pela falta de indústrias locais de transformação e agregação de valor, todo produto produzido é comercializado *in natura*.

Localizado na Ilha do Marajó, na microrregião do Arari, acerca de 60 km de Belém, o município de Ponta de Pedras, com uma área de 3.336,1 quilômetros quadrados, é responsável por 10.6% da produção nacional. Constitui-se como o segundo maior produtor, perdendo em volume apenas para o município paraense de Limoeiro do Ajuru (IBGE, 2010). Porém, apesar da sua importância na cadeia produtiva do açaí, a população de Ponta de Pedras apresenta uma baixa qualidade de vida segundo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM de 0,562 em 2010)¹ – indicador que visa medir a qualidade de vida –, levando em consideração o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e indicadores de saúde e educação dos habitantes.

O IDHM municipal apresentou crescimento significativo nas últimas três décadas – os indicadores de IDHM eram “muito baixos” em 1990 (0,334) e 2000 (0,444) – devido a uma melhoria significativa nos indicadores de educação, seguidos por renda e saúde. Melhorias foram observadas na porcentagem de jovens (15-20 anos) que completaram o ensino fundamental e médio nas últimas três décadas, assim como na esperança de vida ao nascer, que aumentou cerca de 7 anos, passando de 64, 4 anos em 1991 para 71, 4 anos em 2010.

Todos os indicadores de qualidade de vida, porém, ainda são ainda baixos, e a qualidade de vida dos moradores desse município é menor que a média do Estado do Pará, que apresenta um IDHM 0,664, considerado “baixo”, e é igual ao do Piauí, perdendo apenas para os Estados de Maranhão e Alagoas (ATLAS..., 2013). Em 2010, Ponta de Pedras ocupava a 92ª posição entre os 163 municípios estaduais, e a 5.002ª posição em relação aos 5.563 municípios do país, ou seja, 89.87% dos municípios brasileiros estão situação melhor que Ponta de Pedras (ATLAS..., 2013).

É interessante observar também que, embora a renda per capita média tenha crescido 82,20% nas últimas décadas, passando de R\$ 141,27, em 1991, para R\$ 166,45, em 2000, e R\$ 257,40, em 2010, a desigualdade econômica e a distribuição de riquezas aumentaram: o índice de GINI passou de 0,46, em 1991, para 0,61, em 2010 (ATLAS..., 2013). Apesar da proporção dos pobres ter diminuído nas últimas três décadas, a proporção dos extremamente pobres aumentou, assim como a proporção dos 20 % mais ricos (Tabelas 1 e 2).

1. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013>.

Tabela I – Renda, pobreza e desigualdade (1991–2010), município de Ponta de Pedras, PA.

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i>	R\$ 141,27	R\$ 166,45	R\$ 257,40
% extremamente pobre	30,87	38,26	31,76
% pobres	68,70	65,93	52,26
Índice de Gini	0,46	0,58	0,61

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Tabela II – Percentagem da renda apropriada por extratos da população (1991–2010), município de Ponta de Pedras, PA.

	1991	2000	2010
20% Mais pobres	4,58	2,25	1,32
40% Mais pobres	14,17	8,51	6,21
60% Mais pobres	27,45	19,77	16,76
80% Mais pobres	48,58	38,50	36,37
20% Mais ricos	51,42	61,60	63,63

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Não só os donos de terra aumentaram sua riqueza, mas também observamos o aumento de comércios locais de médio e grande portes, principalmente nas áreas de venda e distribuição de alimentos e produtos de bens duráveis. Se até 2007 havia apenas um supermercado de médio porte, em 2011 havia quatro grandes mercados na sede municipal, os quais, além de produtos alimentícios, vendem roupas, acessórios e bens duráveis (ISSA et al., 2012). Nesse curto período de tempo, houve um aumento de mais de 100% no número de estabelecimentos comerciais no município (COSTA et al., 2012).

A população do município é de 25.999 habitantes e, em sua maioria (12.4224 habitantes, correspondendo a 47%), vive na

área urbana (IBGE, 2010). Em 1980, a população total do município era de 12.876 habitantes, metade da atual, e a população urbana representava um pouco mais de 5% da população total. De 1980 a 2007, a taxa de urbanização do município aumentou de 22.74% para 46.07% (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ - IDESP, 2011), um crescimento de mais de 100%. Porém, como mencionado anteriormente, a população urbana mantém estreitos laços de dependência econômica e sociais com as áreas rurais.

Levantamento feito em Ponta de Pedras, em 2007/2008, em comunidades rurais de terra firme e ribeirinhas – todas engaja-

das na produção e comercialização do açaí (BRONDIZIO, 2008), mostra que apenas 20% das unidades domésticas citam essas atividades como a mais importante fonte de renda familiar, seguidas de outras 20% que têm, nessa atividade, sua segunda maior fonte de renda. De maneira geral, as unidades domésticas dependem de múltiplas fontes de renda. Se num passado recente (até o final dos anos 1980), as estratégias econômicas da maioria dos habitantes locais incluía agricultura, pesca, extrativismo, produtos agroflorestais, marretagem (comercialização) e trabalho temporário, hoje, observamos uma importância significativa da aposentadoria rural, bolsa família, e outros programas federais (defeso, apoio à conservação ambiental, entre outros) como fonte de renda doméstica. Atualmente, 4.085 famílias no município (60.22% da sua população total) recebem bolsa família, incluindo 238 famílias previamente em situação de miséria, segundo dados oficiais de abril 2014 (BRASIL, 2014).

De junho de 2011 a abril desse ano, houve um aumento de 35,31% no total de famílias beneficiadas. Em 2013, o repasse total do programa bolsa família e de benefício de prestação continuada correspondia ao valor de R\$ 9.979.261,28, representando 96,3% do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (BRASIL, 2014). Nota-se, porém, a continuidade do pequeno número de trabalho permanente entre seus habitantes e a predominância do trabalho informal. A prefeitura, chamada localmente de “mãe prefeitura”, continua sendo a maior fonte de emprego do município – em 1999, empregava 361 pessoas, de um total de 399 trabalhos encontrados no município e, vinte anos depois, em 2009, ela ainda era a maior empregadora – 965 pessoas de

um total de 1054 empregos em diversos setores da economia local (IDESP, 2011). Não existe no município nenhuma fábrica de processamento do fruto.

3 Estratégias domésticas e redes sociais

Unidades domésticas rurais e urbanas estão ligadas por diversas redes sociais e econômicas, não podendo ser ignorado o papel das mudanças tecnológicas nesse processo. Energia elétrica, assim como a redução do tempo de transporte e aumento no número de viagens entre localidades, principalmente entre a capital e as cidades do estuário e interior, tem influenciado a maneira como indivíduos e unidades domésticas se relacionam, tomam decisões e buscam oportunidades. Essas mudanças e o aumento do uso de telefones celulares têm reduzido as distâncias entre o rural e o urbano.

Até o início da década de 1990, a maioria das cidades estuarinas tinha eletricidade durante apenas algumas horas do dia e nem todos os dias da semana, limitando o número e os tipos de atividades econômicas, eventos sociais e públicos, assim como a disponibilidade de produtos – uma cerveja gelada, por exemplo, era um produto raro. A presença de luz elétrica no município de Ponta de Pedras tem aumentado, mas é ainda limitada. Na área rural, é mínima, apesar da implantação, em 2006, do programa federal “Luz para Todos” em algumas comunidades rurais nas áreas de terra firme. Não há ainda luz elétrica nas comunidades ribeirinhas.

Em 1995, 1.013 domicílios urbanos tinham energia elétrica e, em 2009, 3.212 (aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população urbana). Atualmente, o comércio e as ruas do centro da cidade têm energia elétrica diariamente e por todo o dia, criando novas

oportunidades sociais e culturais tanto para os moradores urbanos quanto rurais. A oferta de cursos noturnos pela rede pública escolar, assim como de shows e festas, na grande maioria patrocinada pela Prefeitura Municipal e candidatos a postos públicos, e também de eventos religiosos (missas e cultos), tem atraído moradores rurais para as áreas urbanas. Maior número de alunos terminando o segundo grau, maior exposição à mídia, aumento no número de estabelecimentos comerciais têm também criado uma expectativa de consumo para a população local, principalmente, para a população mais jovem, a qual, na falta de oportunidades de emprego, mantém uma atividade econômica rural (no caso, produção e comercialização do açaí) enquanto tenta manter um estilo de vida urbano (visitas frequentes à cidade, uso de internet, maior consumo de alimentos processados, roupas, relógios, celulares, tablets, etc).

Até o início da década de 1990, havia apenas dois barcos que faziam o trajeto Belém-Ponta de Pedras, duas vezes por semana, podendo a viagem durar de 5 a 6 horas. Hoje em dia, há dois barcos diários que fazem esse trajeto e, dependendo do barco, a viagem dura menos de 2 horas. A prefeitura oferece atualmente trajetos de barcos para alunos ribeirinhos virem estudar na sede municipal, serviço antes inexistente. Além disso, se há cinco anos atrás o barco a remo era o principal meio de transporte utilizado pela maioria da população ribeirinha vivendo num raio de 5-10 km do centro da cidade, hoje em dia a “rabeta” (pequeno motor a gasolina) acoplado à canoa é utilizado pela maioria dos ribeirinhos. Mudanças também se observam na terra firme. A bicicleta, o meio de transporte mais utilizado pelos moradores das comunidades rurais da terra firme, foi substituída pela motocicleta.

Da mesma maneira, se até 20 anos atrás havia apenas uma central telefônica no município e poucas residências tinham telefone, hoje em dia são inúmeras as pessoas que têm celular. Os mesmos são usados para a comunicação entre membros da família, amigos e também para informações sobre o preço do açaí nos mercados de Belém ou de Ponta de Pedras.

O aumento da população urbana nas municipalidades estuarinas nas últimas décadas se deve à vinda para a sede municipal de residentes rurais do mesmo município ou de municípios vizinhos. Porém, não se observa de população rural e, em alguns casos, observa-se até aumento dessa população, devido à ativa economia do açaí. É nesse contexto que observamos o aumento das residências multilocalizadas (PADOCH et al., 2008), ou seja, membros de unidades domésticas que mantêm residência e atividades econômicas em uma área rural, mas também em uma das áreas urbanas dos municípios, e que circulam com frequência entre o espaço rural e urbano. Nossos dados mostram que 40% dos membros das unidades domésticas rurais habitam, pelo menos parte do ano, áreas urbanas e, desse contingente, 60% são mulheres. Sessenta por cento das famílias rurais têm outros membros da família vivendo em Ponta de Pedras, e 30% em Belém.

Como esperado, em comunidades rurais encontramos um grande número de relações sociais entre parentes, ou seja, entre os membros das unidades domésticas que apresentam laços de parentesco e onde visitas, assim como trocas de produtos (incluindo itens alimentares comprados ou adquiridos através da pesca, caça ou colheita) e serviços (mutirão, cuidados com crianças, idosos) são frequentes. Essas mesmas unidades domésticas mantêm mais contato com moradores, geralmente paren-

tes, da sede municipal de Ponta de Pedras e da capital, Belém, do que entre outras comunidades rurais vizinhas.

Dados etnográficos sugerem que essas conexões servem a diferentes propósitos. Na colheita do açaí, assim como na época de manejo dos açaizais, observamos um aumento intenso do movimento de moradores urbanos que vêm trabalhar nos açaizais. Esses movimentos ou “visitas” podem durar um dia ou semanas. Por sua vez, moradores das áreas rurais vão às cidades para obter serviços bancários (pagamento de contas, recebimento de aposentadorias e outros benefícios), compras, visitas médicas ou passam a semana na cidade para estudar. Da mesma maneira, quando residem na cidade, vão para as áreas rurais para trabalhar na colheita do açaí, na sua comercialização ou mesmo para pescar, caçar ou plantar. Nesse contexto, o rural e o urbano se complementam e são fundamentais para manutenção e reprodução das unidades domésticas.

4 Conclusão

Nesse artigo, mostramos e discutimos as conexões, potencialidades e limites da economia do açaí, as estratégias e reorganização das unidades domésticas e o processo de urbanização no estuário amazônico. Destacamos as múltiplas formas em que indivíduos e unidades domésticas reorganizam suas vidas e estratégias econômicas no contexto de transformações regionais. Em outras publicações, um dos autores (BRONDIZIO, 2008; 2011) discute em mais detalhes os problemas estruturais que limitam a participação dos produtores rurais e um maior retorno econômico aos mesmos na economia do açaí.

Aqui, realçamos o limite de uma economia florestal que, embora de grande impor-

tância em termos econômicos e ambientais, não transforma seu produto, ou seja, não agrega valor ao produto onde é produzido e que, de certa forma, repete padrões de uma economia extrativista colonial que beneficia algumas famílias e indivíduos, mas não uma coletividade ou o município. Por sua vez, espera-se do município mais e melhores serviços urbanos, assim como iniciativas que estimulem o crescimento econômico e geração de emprego para uma população urbana crescente. Nesse contexto, observamos a continuidade de velhos problemas: grande produção agroflorestal, mas baixo Índice de Desenvolvimento Humano – famílias de produtores rurais que dependem de subsídios do governo para se manter e reproduzir, e municípios que, embora gerem muita riqueza, dependem de repasses de fundos do governo federal para prover aos seus moradores os serviços básicos – e, nos quais, a riqueza gerada é mais uma vez apropriada por poucos, gerando crescimento sem desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, A. (Ed.). *Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest*. New York: Columbia University Press, 1990.
- ANDERSON, A. B.; JARDIM, M. A. G. Cost and benefits of floodplain forest management by rural inhabitants in the Amazon estuary: a case study of açaí palm production. In: BROWDER, J. O. (Ed.). *Fragile lands of Latin America: strategies for sustainable development*. University of Tulane, 1989.
- ATLAS de desenvolvimento humano do Brasil. IDHM. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 22 nov. 2014.

- BARROS, A.; UHL, C. Logging along the Amazon river and estuary: patterns, problems and potential. *Forest Ecology and Management*, v. 77, p. 87-105, 1995.
- BECKER, B. K. Undoing myths: the Amazon- an urbanized forest. In: CLUSENER, G. M.; SANCHS, I. (Ed.). *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. Paris: UNESCO, 1995. (Man and Biosphere Series).
- BENATTI, J. H. et al. *A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais na Várzea*. Brasil. ProVárzea, IBAMA, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil sem miséria*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <www.brasilesem-miseria.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- BRONDIZIO, E. S. Forest resources, family networks and the municipal disconnect: examining recurrent underdevelopment in the Amazon Estuary. In: PINEDO-VASQUEZ, M. et al. (Ed.). *The amazon várzea: the decade past and the decade ahead*. The Netherlands: Springer Press, 2011.
- _____. From staple food to fashion food: shifting cycles, shifting opportunities in the development of the Açaí fruit (*Euterpe oleracea* Mart) economy in the Amazon estuary. In: ZARIN, D. et al. (Ed.). *Working forests in the American tropics: conservation through sustainable management?* New York: Columbia University Press, 2004.
- BRONDIZIO, E. S. Intensificação agrícola, identidade econômica, e invisibilidade de pequenos produtores Amazônicos: caboclos e colonos em uma perspectiva comparada. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S.; NEVES, W. A. (Ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: AnaBlume, 2006.
- _____. *The amazonian caboclo and the açai palm: forest farmers in the global market*. New York: New York Botanical Garden Press, 2008. (Advances in economic botany monograph series, v.16).
- _____; SIQUEIRA, A. D. From extrativists to forest farmers: changing concepts of agricultural intensification and peasantry in the amazon estuary. *Research in Economic Anthropology*, v. 18, p. 233-279, 1997.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. *Rainforest cities: urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.
- CASTRO, E. *Cidades na floresta*. São Paulo: AnaBlume, 2009.
- COSTA, S. M. F. et al. Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56-74, 2012.
- EMBRAPA. *Sistema de produção do açaí*. 2006. Disponível em: <<http://www.sistemasdeproducao.cnphia.embrapa.br>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- EMPERAIRE, L. Entre selva y ciudad: estratégias de producción en el rio negro medio. *IHEAL*, v. 29, n. 2, p. 215-232, 2000.
- HALE, C. Does multiculturalism menace? governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, n. 3, p. 440-85, 2002.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L.; MELLO, A. F.; LEITÃO, W. (Ed.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém, Pará: MPEG e Editora da Universidade Federal do Pará, 1994.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1950-2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- _____. *Produção de extração vegetal e silvicultura*. Rio de Janeiro, v. 25, 2010.
- IDESP. *Governo do Estado do Pará. Estatística municipal, Ponta de Pedras*. 2011. Disponível em: <<http://www.iah.iec.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2014.
- ISSA, P. H. et al. *Sistema de informações geográficas*

- ficas e cadastros de estabelecimentos urbanos de um pequeno município do estuário do rio Amazonas. *Revista UNIVAP*, São José dos Campos, v. 18, n. 32, p. 134-148, 2012.
- JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. (Ed.). *Açaí (Euterpe oleracea Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém, PA: MPEG, 2004.
- LASMAR, C. *De volta ao lago do leite*. Editora Unesp, 2005.
- MOURÃO, L. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. 1999. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.
- NUGENT, S. *Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy*. Providence: Berg Publishers, 1993.
- O LIBERAL. *Batedores usam papel no açaí para adulteração*. Belém, 26 jun. 2013. p. 1.
- PADOCH, C. et al. The urbanizing Amazon: reconfiguring uses and transforming landscapes. *Ecology and Society*, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol12/issue2/art2/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- PINEDO-VASQUEZ, M. et al. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo de recursos de várzea na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 2, p. 43-56, 2010.
- PINEDO-VASQUEZ, M.; PADOCH, C. Urban, rural and in-between: multi-sited households, mobility and resource management in the Amazon floodplain. In: ALEXIADES, M. N. (Ed.). *Mobility and migration in indigenous Amazonia: contemporary ethnoecological perspectives*. Oxford: Berghan, 2009.
- PNUD. 2013. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013*. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 28 out. 2014.
- POLLACK, H.; MATTOS, M.; UHL, C. A. A profile of palm heart extraction in the Amazon estuary. *Human Ecology*, v. 23, n. 3, p. 357-385, 1995.
- REVISTA FAPESP. *Açaí do pé para o lanche*, p. 64-67, jan. 2013.
- ROGEZ, H. *Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação*. Belém, Pará: Editora da Universidade Federal do Pará, 2000.
- SIQUEIRA, A. D. *The ecology of food and nutrition: patterns of land use and nutritional status among caboclo populations on Marajó Island, Pará, Brazil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Department of Anthropology - Indiana University, Bloomington, 1997.
- _____; BRONDIZIO, E. S. Local food preference and global markets: perspectives on açai fruit as terroir and a Geographic Indicator product. *Appetite*, v. 56, n. 2, p. 544, 2011.
- UHL, C. et al. The role of information in natural resource management: the case of logging in the Brazilian Amazon. *Bioscience*, v. 47, p. 160-168, 1997.
- WINKLERPRINS, A. M. G. A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: linking rural with urban. *Urban Ecosystems*, v.6, n1/2, p. 43-65, 2002.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Andrea Dalledone Siqueira é doutora em Antropologia Socio-Cultural pela Universidade de Indiana, Bloomington, onde é pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa e Treinamento em Mudanças Ambientais Globais (ACT) e professora associada dos Departamentos de Estudos Internacionais e Antropologia. Desenvolve pesquisa nas áreas de antropologia econômica; populações rurais; urbanização; relações de gênero; saúde e meio ambiente; parques e políticas de conservação e populações tradicionais.

Eduardo S. Brondízio é professor titular do Departamento de Antropologia, da Universidade de Indiana, Bloomington, professor associado do Departamento de Geografia e da Escola de Estudos Ambientais e Políticas Públicas (SPEA) e co-diretor do Centro de Pesquisa e Treinamento em Mudanças Ambientais Globais (ACT), da mesma Universidade. Desenvolve estudos e pesquisas nas seguintes áreas: antropologia ambiental e econômica; sistemas agrícolas e florestais, comercialização/globalização de produtos agro-florestais; uso da terra e história da paisagem; dimensões humanas de mudanças ambientais e integração de métodos de pesquisa.

Recebido em: 26.06.2014

Aprovado em: 19.12.2014